

CORREIO GRANDE SP

Divulgação Prefeitura de Santo André



A primeira troca do Moeda Verde ocorreu em 2017

Santo André recebe representantes de Cotia

Integrantes da Prefeitura de Santo André receberam nesta terça-feira (2) representantes da Prefeitura de Cotia para mostrar na prática como ocorre o programa Moeda Verde. O município, localizado na Região Metropolitana de São Paulo, pretende replicar a iniciativa andreense, que incentiva a adesão à coleta seletiva e o consumo de alimentos saudáveis ao trocar resíduos recicláveis por frutas, legumes e verduras. A comitiva de Cotia também esteve no Banco de Alimentos, que fornece parte dos hortifrúteis destinados ao Moeda Verde, e que está sob responsabilidade do Fundo Social de Solidariedade, presidido pela primeira-dama Jessica Roberta.

Guararema: Feira Noturna

A Feira Noturna Gastronômica de Guararema segue atraindo o público ao Parque de Lazer “Professora Declécia de Almeida Mello”, no Centro da cidade, oferecendo opções para todos os gostos. O evento, de 4 de dezembro a 4 janeiro, integra o Festival Encantado de Guararema e passa a funcionar excepcionalmente às quintas, sextas, sábados e domingos, reunindo sempre produtores locais.

Ricardo Quiles/PMSCS



Capacitação conduzida pela Delegada da Mulher

GCM São Caetano: capacitação da rede de proteção à mulher

A Prefeitura de São Caetano do Sul e a Guarda Civil Municipal promoveram capacitação voltada aos GCMs sobre atendimento, abordagem e encaminhamento adequado às mulheres vítimas de violência doméstica. A formação aconteceu na sede da corporação e reuniu representantes da rede municipal de proteção. A capacitação foi conduzida pela Delegada Titular da Delegacia de Defesa da Mulher de São Caetano, Dra. Luciara da Conceição Campos, ao lado do Secretário de Segurança e do Comandante da Guarda Civil Municipal.

Emancipação de Jandira

A Câmara Municipal de Jandira convida a Sessão Solene em comemoração ao 62º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa de Jandira, que acontecerá no dia 08 de dezembro de 2025, segunda-feira, às 08h30 da manhã. A cerimônia conta ainda com transmissão ao vivo pelo canal oficial da Câmara no YouTube, além da disponibilização do vídeo pelo site da Câmara.

São Bernardo

A Câmara Municipal de São Bernardo do Campo aprovou o Projeto, de autoria do Executivo, sobre a qualificação de Organizações da Sociedade Civil como de Utilidade Pública Municipal. O projeto também regulamenta o procedimento administrativo para a concessão e cassação do título e revoga algumas leis municipais.

Guarulhos

A Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo da Câmara de Guarulhos analisou cinco proposições. Entre as deliberações está o substitutivo nº 01 ao PL de Edmilson Souza, que cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Aldeia Indígena Multiétnica Filhos Desta Terra.

Mogi das Cruzes

A Câmara de Mogi das Cruzes aprovou o Projeto de Lei que inclui a campanha “Agosto Lilás” no calendário do Município, com o objetivo de conscientizar e enfrentar a violência contra a mulher, de autoria das vereadoras Fernanda Moreno (MDB), Inês Paz (PSOL), Johnross (PRD), Malu Fernandes (PL) e Priscila Yamagami (PP).

Cotia

A Câmara de Cotia aprovou o Projeto de Lei, da Prefeitura (que recebeu 16 votos favoráveis), que autoriza o Executivo Municipal a fornecer cota mensal de combustível para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), a unidade do Corpo de Bombeiros sediada em Cotia e para o Instituto Médico Legal (IML).

Arujá

A Câmara de Arujá aprovou dois instrumentos de planejamento público: o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Juntas, as propostas receberam 189 emendas impositivas apresentadas pelos vereadores. Para 2026, a Secretaria Municipal de Finanças de Arujá projeta um orçamento de R\$ 760 milhões.

Diadema

A Câmara de Diadema realiza nesta quinta-feira (4), às 14h, a Sessão Ordinária com projetos para o planejamento financeiro do município entre 2026 e 2029, além de propostas nas áreas da saúde, segurança comunitária e políticas sociais. A sessão começa com a análise do PL, de autoria do Executivo, sobre o Plano Plurianual (PPA).

Divulgação/Câmara Municipal de Osasco



Esta foi a 2ª Audiência sobre a Lei Orçamentária de 2026

Orçamento de Osasco chegará em R\$ 5,76 bi

Saúde receberá 23% desse montante, segundo a LOA

Da Redação

A Comissão de Economia e Finanças da Câmara Municipal de Osasco realizou a segunda Audiência Pública para discussão da Lei Orçamentária Anual de 2026. A primeira audiência sobre o tema aconteceu em 25/11, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Presidida por Alexandre Capriotti (PL), conhecido como Máximo e secretariada por Sérgio Fontellas (Republicanos) a audiência teve apresentação de Eder Máximo, da pasta do Planejamento. O evento também contou com a presença dos vereadores Délbio Teruel (União Brasil), Elsa Oliveira (Podemos), Guilherme Prado (PRD), Heber do JuntOz (PT), Josias da Juco (PSD), Laércio Mendonça (PDT) Pedro Cantagessi (União Brasil) e Stephane Rossi (PL).

Máximo começou sua apresentação com uma frase do prefeito Gérson Pessoa (Podemos): “O orçamento precisa olhar pelos mais necessitados”. Em seguida, ele explicou como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual se articulam entre si.

“O PPA faz o planejamento estratégico por quatro anos, já a LDO funciona como uma bússola para o PPA, definindo parâmetros do gasto. A LOA, por sua vez, define os gastos para o

próximo ano, fixando a despesa e estimando as receitas da cidade para 2026”.

“A receita de Osasco para 2026 foi estimada em R\$ 5,76 bilhões - recorde da história do município. “As despesas estão divididas em cinco eixos: Desenvolvimento Institucional, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Ambiental, Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Econômico”, disse Máximo.

Saúde e moradia

Conforme o secretário, a cidade tem obrigação de gastar 25% do Orçamento na Educação e 15% na Saúde. “Osasco tem gastado mais do que o determinado pela Constituição na área da Saúde. Em 2026, essa previsão é de 23%”. Eder Máximo também abordou as chamadas emendas impositivas - 1% do Orçamento pode ser gasto a partir de indicações do Poder Legislativo. “Em 2026, esse montante é de R\$ 48 milhões, contra R\$ 35 milhões em 2025 - sendo R\$ 26 milhões para a área da Saúde. Heber do JuntOz abordou o tema da regularização fundiária na cidade.

“Os R\$ 59 milhões para criação de novas moradias estão concentrados em 2029 - a ideia é tentar adiantar o uso desse montante e gastar R\$ 14 milhões já em 2026”, disse o parlamentar do PT.